

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo

Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sociologia: das ausências às emergências

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alessandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências / Organizador Alessandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-970-7

DOI 10.22533/at.ed.707211504

1. Sociologia. I. Ribeiro, Alessandro Teixeira (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Combater a ausência a partir da emergência. Boaventura de Sousa Santos, um dos principais sociólogos da atualidade, aborda em seu pensamento a necessária quebra da colonização e da razão indolente, para o estabelecimento de um paradigma norteado pela multiplicidade de identidades e pela atuação contra-hegemônica a partir da abordagem do cosmopolitismo.

Esta perspectiva sociológica é o que norteia a edição da presente obra intitulada “Sociologia: Das Ausências às Emergências”, livro que reúne diversas contribuições para o debate de temas relativos ao cenário de diversidade e de pesquisas e abordagens teóricas descolonizadoras. Os capítulos da obra são resultantes de artigos e divulgação de investigações ancorados no campo da Sociologia, mas que dialogam com outras áreas do saber, como história, ciência da saúde, direito, comunicação, dentre outros.

Da mesma forma que o conceito central do livro é de origem e de debate múltiplo, as pesquisas que reforçam o conceito das Ausências às Emergências também são de localidades distintas, reforçando o caráter cosmopolita da pesquisa. Assim, as contribuições da presente obra não se encerram no cenário de excelência em pesquisa nas instituições privadas e públicas do Brasil, mas ultrapassam os limites nacionais para reunir também pesquisas desenvolvidas no eixo ibérico, em especial em universidades e centros de pesquisas de Lisboa, Braga e Madrid.

O quadro final é o de um livro com múltiplos olhares científicos que aprofunda olhares sobre temas como democracia racial, a luta das Mães de Acarí por justiça, a ética do cuidado, a identidade laboral, questões ambientais, e até a necessária inclusão da Sociologia no currículo básico de ensino. A relevância dos temas, a profundidade das análises e o rigor das investigações tornam a coletânea “Sociologia: Das Ausências às Emergências” uma leitura fundamental para o debate dos assuntos invisibilizados socialmente, e para quem busca tornar presentes e reais os assuntos ausentes.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CRISE DA MODERNIDADE OCIDENTAL E A PÓS-MODERNIDADE NO PENSAMENTO SOCIOLOGICO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Rodrigo Davi Almeida

DOI 10.22533/at.ed.7072115041

CAPÍTULO 2..... 17

A DEMOCRACIA RACIAL COMO UM PROJETO DE PLANIFICAÇÃO SOCIAL NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS

Nikolas Gustavo Pallisser Silva

Alan Caldas

DOI 10.22533/at.ed.7072115042

CAPÍTULO 3..... 38

EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA APORTES DESDE EL ANÁLISIS DEL BIENESTAR DE LA INFANCIA EN ESPAÑA 2007-2015

Gonzalo de Castro Lamela

Clarisa Giamello

DOI 10.22533/at.ed.7072115043

CAPÍTULO 4..... 52

O REGIME DE PODER E O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: UMA ANÁLISE DE MICHEL FOUCAULT À ACHILLE MBEMBE

Diego Borges Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.7072115044

CAPÍTULO 5..... 67

MISSÕES DE PAZ DA ONU SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO

Claudia Santos

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.7072115045

CAPÍTULO 6..... 83

DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.7072115046

CAPÍTULO 7..... 98

DE DENTRO E DE FORA: ESTRATÉGIAS DE PERTENCIMENTO E PERMANÊNCIA EM UMA COMUNIDADE RURAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA

Diana Anunciação Santos

DOI 10.22533/at.ed.7072115047

CAPÍTULO 8.....	110
ENTRE PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS: O IMPACTO DAS DESIGUALDADES EM DUAS ROTAS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	
Rovênia Amorim Borges	
Renísia Cristina Garcia-Filice	
DOI 10.22533/at.ed.7072115048	
CAPÍTULO 9.....	125
ESPACIALIDADES DO ESPIRITUAL NA PINTURA PÓS-MODERNA: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO TRANSCENDENTAL MÍSTICO NA LINGUAGEM PICTÓRICA DA OBRA DE ARTE	
Salomé Marivoet	
DOI 10.22533/at.ed.7072115049	
CAPÍTULO 10.....	140
SIGILO PROFISSIONAL EM EQUIPES INTERPROFISSIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES	
Isabela Sarmet de Azevedo	
Bárbara Carlos Souza	
Juliana Manhães Fernandes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.70721150410	
CAPÍTULO 11.....	152
FORMAÇÃO DOCENTE E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS CDSA/SUMÉ NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO DE 2013 A 2017	
Edmilson Cardoso da Silva	
Diane Ângela Cunha Custódio	
Ana Lúcia Nery Sabath	
DOI 10.22533/at.ed.70721150411	
CAPÍTULO 12.....	166
MOVIMENTOS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS NA COSTURA	
José Guirado Neto	
DOI 10.22533/at.ed.70721150412	
CAPÍTULO 13.....	180
O HISTÓRICO DAS LUTAS PELA INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO BÁSICO DE ENSINO BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DO ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	
Suelén Alves da Silva	
Sabrina da Silva Sousa	
Marco Aurélio Neves	
DOI 10.22533/at.ed.70721150413	
CAPÍTULO 14.....	193
UMA TIPOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE O PODER LOCAL NO BRASIL: CAPITALS, ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES	
André Barsch Ziegmann	
DOI 10.22533/at.ed.70721150414	

CAPÍTULO 15	207
DESMISTIFICANDO UM CLAMOR SOCIAL CRIMINOSO E CRIMINALIZANTE Rafaela Lourenço da Silva Alexandra Lourenço DOI 10.22533/at.ed.70721150415	
CAPÍTULO 16	220
A LUTA DAS MÃES DE ACARI POR JUSTIÇA Dandara Vicente Soares DOI 10.22533/at.ed.70721150416	
SOBRE O ORGANIZADOR	232
ÍNDICE REMISSIVO	233

CAPÍTULO 6

DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 06/01/2021

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

Escola Superior de Educação – Instituto
Politécnico de Coimbra

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais – FCSH – Universidade Nova
de Lisboa
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-0970-7331>

RESUMO: O presente texto, sob a forma de ensaio, tem como suporte uma revisão da literatura e desenvolve outras reflexões do autor sobre o tema. Numa primeira parte procede-se a uma abordagem conceptual da relação homem-natureza, incidindo particularmente nas mudanças introduzidas pelo aumento da capacidade tecnológica, seguida de uma retrospectiva da emergência do problema ambiental. O ponto crítico de partida é situado na Revolução Industrial, procurando posteriormente os momentos chave do problema ambiental, da reflexão em torno do mesmo e dos diversos eventos e atores que conduziram à emergência de uma consciência ecológica. Numa segunda parte, faz-se uma abordagem da emergência das questões ambientais na sociologia, partindo dos contributos pioneiros da Escola de Chicago, passando pelo NEP (New Environmental Paradigm) de Catton e Dunlap, refletindo em torno do conceito de modernização reflexiva e de uma sociologia do risco e dos problemas globais, através sobretudo da análise e da discussão de

Beck, Giddens e Lagadec.

PALAVRAS - CHAVE: problema ambiental, consciência ecológica, risco, sociologia.

ABSTRACT: This text, in the form of an essay, is supported by a literature review and develops other reflections by the author on the topic. In the first part, a conceptual approach to the man-nature relationship is made, focusing particularly on the changes introduced by the increase in technological capacity, followed by a retrospective of the emergence of the environmental problem. The critical starting point is the Industrial Revolution, followed by a search of the key moments of the environmental problem, the reflection around it and the different events and players that led to the emergence of an ecological awareness. In a second part, an approach is made to the emergence of environmental issues in sociology, starting with the pioneering contributions of the Chicago School, going through the NEP (New Environmental Paradigm) by Catton and Dunlap, reflecting around the concept of reflective modernization and a sociology of risk and global problems, mainly through the analysis and discussion of Beck, Giddens and Lagadec.

KEYWORDS: environmental problem, ecological awareness, risk, sociology.

1 | DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DUMA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

O conflito que a espécie humana estabeleceu com a natureza tem, uma origem

muito longínqua, na pré-história – pensemos nas crescentes ruturas ecológicas que constituíram a proliferação de uma espécie de predador tecnologicamente evolutiva, a domesticação e a progressiva criação cultural de espécies animais, e a associação da tecnologia agro-pastoril à utilização controlada do fogo em larga escala –, e a atual situação resulta de sucessivas crises ecológicas acumuladas. (Carvalho, 2007) Como frisa Ost, se é em Descartes e noutros pensadores eruditos seus contemporâneos que comumente se procuram os indícios de uma rutura entre o homem e a natureza, “o movimento remonta ainda mais longe e mais além. De certa forma, é desde a origem, desde a aparição da espécie humana, que o homem transforma a natureza” (OST, 1995: 30).

Assim, todas as civilizações têm responsabilidades na atual crise ambiental, na medida em que muito antes das sociedades industriais da época moderna a atividade humana sempre se mostrou nociva para os ecossistemas provocando, nestes, profundas e irreversíveis alterações, sendo a desflorestação o exemplo mais antigo. “A destruição da floresta foi o reverso e a condição do desenvolvimento da agricultura, da criação de gado, do artesanato e das atividades proto-industriais”. (DELÉAGE, 1991, p. 213).

Contudo, o ritmo da conquista humana sobre a natureza, ao longo dos séculos, foi um processo muito lento, comparado com a rapidez do atual processo de deterioração do planeta. Uma fraca densidade da população e uma capacidade reduzida de intervir sobre o meio natural, explicam que a antropomorfização da natureza se tenha durante milénios exercido a um ritmo relativamente lento, o que foi permitindo às espécies, tanto vegetais como animais, o tempo necessário à sua recuperação e *adaptação*, pesem embora processos de rutura irreversível à escala regional. Harari (2018) refere que a primeira vaga de extinção, que acompanhou a disseminação dos recolectores, foi seguida por uma segunda vaga, que acompanhou a disseminação dos agricultores, e oferece-nos uma perspetiva importante sobre a terceira vaga de extinção que a atividade industrial está a provocar nos nossos dias.

“Não acredite nos ecologistas que acreditam que os nossos antepassados viviam em harmonia com a natureza. Muito antes da Revolução industrial o *Homo sapiens* detinha um recorde, entre todos os organismos, por ter levado à extinção o maior número de espécies e animais. Detemos a duvidosa distinção de sermos a espécie mais mortífera nos anais da biologia” (HARARI, 2018, p. 95-96)

A aceleração dessa rutura inicia-se com o advento do capitalismo moderno a partir do século XVI e, sobretudo, a partir do século XVIII, com a revolução industrial, que veio alterar profundamente a representação coletiva da natureza, pois “o princípio da solidariedade, homem/universo físico, foi substituído pelo da dominação da natureza pelo homem” (DELÉAGE, 1991, p. 212). Francis Bacon proclamava no século XVII, *o homem pode ser considerado o centro do mundo* e Newton afirma mais tarde, que é preciso obrigar a natureza a devolver o que deve. Instalava-se, na relação cultural com a natureza, um

antropocentrismo quase sem reservas.

O fenómeno radicalmente novo consiste, pois, não só no conhecimento e na possibilidade que o homem dispõe para intervir nos mecanismos do meio natural, a partir dos avanços científicos e técnicos dos séculos XVIII e XIX, mas também no desconhecimento do carácter entrópico e cumulativo dos efeitos dessa intervenção, sustentando a ilusão de um crescimento económico e de um progresso material imune à contabilização de custos futuros. Sem deixarem de ser um elemento do meio natural, as sociedades humanas vão-se transformando num fator do qual depende o funcionamento da maioria dos ecossistemas e a sua conservação. Este novo sistema cultural, o da civilização tecnológica, apresenta grandes diferenças, e funciona de forma distinta da do meio natural, sobre o qual exerce pressão e agressão crescentes.

As crises ecológicas têm uma profunda relação com as crises sociais. O esgotamento dos recursos naturais e a destruição dos ecossistemas são um dos grandes alarmes em termos futuros; mais do que uma crise do ambiente estamos perante uma *crise de civilização*, no sentido forte de um questionamento das próprias premissas básicas da modernidade, segundo as quais

“a exploração da natureza pelo homem é um empreendimento ‘aberto’ [...] e [...] a contínua expansão do conhecimento científico e tecnológico podia transformar tanto a ordem cultural como a social, e criar novos ambientes internos e externos, incessantemente explorados pelo homem, submetidos quer à sua perspectiva intelectual, quer às suas necessidades técnicas” (EISENSTADT, 1991, p. 327).

A degradação cada vez maior do nosso planeta tem-se vindo a acentuar muito rapidamente a partir do aparecimento das sociedades industriais que, de então para cá, têm mantido uma relação de degradação permanente com a natureza, conduzindo o homem a padrões de vida que podemos designar de *cultura do desperdício*.

Considera-se, assim, que a Revolução Industrial assinala o ponto de rutura, a partir da qual o problema ambiental se agudiza. O avanço tecnológico consubstanciado na máquina a vapor permite um avanço na industrialização que arrasta consigo o fenómeno da urbanização e um conseqüente crescimento demográfico, que, no seu conjunto viriam a introduzir modificações de vulto na face do planeta.

“O rápido desenvolvimento que se seguiu à revolução industrial tornou a tecnologia omnipresente e onnipotente, a ponto de anular, aparentemente a força do ambiente. Nada parece impedir mais a posse da população humana; o deserto tropical da Arábia ou o Sara, as regiões glaciares do Ártico, a própria aridez da Lua, o cosmos extraterrestre, vergaram-se à força tecnológica” (BERNARDI, 1982, p. 68).

A crise do ambiente tem, pois, um carácter global, que afeta todas as sociedades e todas as culturas, pelo que se reclama uma nova visão do mundo capaz de subverter as abordagens culturais convencionais.

No entanto, se a Revolução Industrial assinala o ponto de rutura em que o problema ambiental se agudiza, consubstanciado no avanço tecnológico, a emergência duma consciência ambiental tem uma origem muito mais tardia, apenas por volta dos anos sessenta do século XX, apesar do aparecimento dos “movimentos” conservacionistas nos finais do século XIX. Surge o que se pode chamar uma atitude *conservacionista*, datando, igualmente, desta época a criação das primeiras áreas protegidas e das primeiras associações com o objetivo da preservação da natureza e da sensibilização pública destacando-se: na Grã Bretanha: Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society (1865); East Riding Association For the Protection of Sea Birds (1867). Nos E.U.A.: American Ornithologists Union (1883); Sierra Club (1892).

A criação de áreas protegidas foi de certo modo acompanhada pela realização de um conjunto de eventos e convenções relativos à conservação da natureza a nível mundial até cerca de meados da década de sessenta do século XX. Contudo, apesar de o impulso deste movimento conservacionista ser bastante importante, ele não consubstanciava ainda a problematização de um problema ambiental global que pusesse em risco a espécie humana.

Também no século XIX ocorre uma outra linha de preocupações que, embora menos marcante, está igualmente na génese do que mais tarde viria a designar-se de consciência ecológica. Decorre de uma tradição humanista europeia ligada aos efeitos desastrosos da industrialização sobre as populações operárias urbanas recrutadas nos campos ingleses. (CARVALHO, 2007).

As questões ambientais emergem sobretudo pela *pressão de factos políticos*, nomeadamente a mediatização pública de depoimentos científicos, e radicam em três ordens de problemas dominantes: “a velha questão conservacionista/natureza selvagem, sempre presente, mas nunca muito incisiva; a fome/demografia; e a bomba atômica/nuclear, os quais nos anos setenta, irão dar origem ao ambientalismo moderno” (SCHMIDT, 1999, p. 13).

Aldo Leopold, na sua obra de 1949, *A Sand County Almanac*, publicada um ano após a sua morte, preconiza uma ética da terra e a sua obra está na génese não só do que viria a constituir-se como a *Deep Ecology*, mas viria também a influenciar todo o movimento ecologista que haveria de emergir nas décadas seguintes.

Contudo, é nos anos sessenta e setenta do século XX que alguns autores colocam com premência a existência de uma *crise ecológica* de carácter global capaz de afetar a espécie humana. Destaca-se Rachel Carson que, em 1962, com a publicação de *Silent Spring*, que viria a constituir-se como um marco na história do ambientalismo – na introdução da reedição de 1994, Al Gore, então vice-presidente dos Estados Unidos, escrevia: “Sem este livro o movimento ambientalista poderia ter sido retardado durante muito tempo, ou mesmo nunca ter aparecido. (...)” Em 1992, um grupo de notáveis norte-americanos considerou *Silent Spring* como “o livro mais importante dos últimos cinquenta

anos” –, que alertava para os graves perigos que o planeta estava a correr face à ação desenfreada e prepotente do homem, mormente através do uso de pesticidas sintéticos, que apelidou de “elixires da morte” referindo graves consequências para a saúde e, dando grande ênfase à questão da biodiversidade – *o nosso destino está ligado ao dos animais* – e da sua importância para a espécie humana. (CARSON, 1962).

Em 1970 comemora-se pela primeira vez o dia da Terra, e, em 1972, o relatório Meadows, intitulado “Os Limites do Crescimento”, apresentado ao Clube de Roma – constituído em 1968 e formado por industriais, cientistas, economistas e outras personalidades – revelava um conjunto de preocupações, sobretudo relacionadas com o esgotamento dos recursos, face aos elevados níveis de consumo que então se verificavam. No entanto o facto mais relevante da década é a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, também no ano de 1972, onde se discute pela primeira vez, *o futuro do mundo*, e se traz para a discussão pública o problema da degradação do ambiente, a qual coloca em risco esse mesmo futuro. De facto, a gravidade dos problemas discutidos, que culminou com a Declaração do Ambiente, era muito preocupante para o futuro do planeta (CARVALHO, 2007).

Para além dos marcos citados, a década de setenta do século XX, foi marcada por um conjunto de acontecimentos, quer ao nível institucional, quer ao nível da ocorrência de acidentes e catástrofes ambientais que viriam a marcar profundamente as duas décadas seguintes até à Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, (ECO-92).

Segundo Faucheux e Noel (1995), é a partir dos anos setenta que os problemas dos recursos naturais e do ambiente começam a ser entendidos e tratados como tais e que as ações neste domínio se dividem em quatro grandes atitudes, considerando a análise de Turner: uma atitude extremista, dita preservacionista, uma atitude dominada pela eficiência económica, uma atitude frequentemente chamada conservacionista e uma atitude que vê nos recursos e nos problemas ambientais uma barreira para o crescimento económico.

No início da década de setenta, do século XX, o aparecimento dos primeiros movimentos ecologistas que viriam a dar origem ao movimento atual é marcado pela contestação às centrais nucleares, e pode ser ilustrado pelo protesto desencadeado em 1971 pelo Greenpeace contra as centrais nucleares canadianas.: “Até meados dos anos setenta, o Greenpeace manteve-se exclusivamente um movimento anti-nuclear nos atos, se não mesmo na ideologia” (YEARLEY, 1992, 69).

Nos anos oitenta, assume grande relevância a constituição da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, (W.C.E.D.) pela ONU, que viria a publicar em 1987 o Relatório “O Nosso Futuro Comum”. Este relatório viria a ter uma grande importância ao identificar os principais problemas ambientais que ameaçam e entram o desenvolvimento de muitos países do Sul, e propondo um compromisso entre ecologia e economia, assente no conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, conciliar a intervenção tecnológica

com a capacidade ecossistêmica do planeta de suportar essa intervenção. Em suma, conciliar ambiente e desenvolvimento.

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, realiza-se no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, (ECO-92), também designada de Cimeira da Terra, na qual estiveram representados ao mais alto nível 176 países. A ECO-92, onde foi aprovado um importante conjunto de declarações, realiza-se com base no entendimento de que os problemas ambientais são de tal forma graves que afetam todo o planeta e exigem uma ação concertada a nível mundial. A perda de biodiversidade, as chuvas ácidas, o aumento do efeito de estufa e a destruição da camada de ozono são questões globais que não afetam uma só região ou país, e, como tal terão de ser resolvidas em comum por toda a humanidade.

O problema ambiental apresenta-se então sob dois aspetos principais: um primeiro aspeto respeita ao facto de se tratar de um *problema global*, apesar das diversas formas com que se apresenta, e do modo diverso como afeta as diferentes comunidades e atividades humanas em todo o globo terrestre. Carece por isso de soluções globais. Um segundo aspeto refere-se à importância e à preocupação que hoje provoca este tema que parece extensiva a tudo e a todos. “De súbito, o ambiente conquistou um lugar privilegiado nas prioridades de todos, desde políticos, industriais e professores, até às agências de publicidade e editores” (YEARLEY, 1992, p. 1).

Como acentua Lipovetsky, “enquanto o Papa João Paulo II qualificava a crise ecológica como ‘problema moral’ da maior importância, vinte e quatro chefes de Estado e de governo declararam solenemente a sua vontade de delegar uma parcela da sua soberania nacional para o bem comum de toda a humanidade. Os nossos deveres superiores já não são para com a nação, têm por objeto a natureza: a defesa do ambiente tornou-se um objetivo prioritário *de massas*; em 1990, os franceses colocavam, por ordem de importância, o ambiente e a ecologia no segundo lugar dos problemas a enfrentar” (LIPOVETSKY, 1994, p. 243).

Esta preocupação parece decorrer da percepção de um duplo perigo. Por um lado, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, colocado com muita veemência pela crise energética de 1973; e, por outro, uma crescente e visível degradação do meio natural, provocado pela civilização industrial (como a poluição, a destruição da camada de ozono, o aumento do efeito de estufa, a perda de biodiversidade, as alterações climáticas). A problemática ambiental está, por conseguinte, diretamente relacionada com o atual modelo de desenvolvimento.

O carácter e a natureza do problema ambiental podem, assim, sintetizar-se numa importante frase: *não é possível um crescimento ilimitado num mundo naturalmente limitado*, a qual, para além da sua clareza e contundência de expressão, nos permite apresentar os principais vetores do problema: por um lado, a tendência da sociedade contemporânea de crescer e melhorar, vencendo todo o tipo de limites e dificuldades, e

por outro, a evidência de equilíbrio, estabilidade e limitação, que ao contrário, e pela sua própria “natureza”, apresenta o mundo natural, no qual tem lugar o desenvolvimento da humanidade (CARVALHO (2007).

Este conjunto de preocupações, que marca a emergência de uma *consciência ecológica*, surge nos anos sessenta do século XX e se acentua nos nossos dias é acompanhado desde o início da década de 1990, pelo conceito de desenvolvimento sustentável decorrente do Relatório “O Nosso Futuro Comum” e institucionalizado na Eco 92, sendo definido como o processo de “desenvolvimento económico, social e político de forma a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (CMAD, 1987, p. 54).

O conceito de desenvolvimento sustentável parte, assim, de uma nova perspectiva de desenvolvimento e estrutura-se sobre duas solidariedades: solidariedade *sincrónica*, com a geração presente, e solidariedade *diacrónica* com as gerações futuras. O bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras; e, o bem estar de uma parcela da geração atual pode ser construído em detrimento de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade. A parcela da geração atual que padece de pobreza e desigualdade não se pode sacrificar em função de um futuro improvável e imponderável para os seus filhos e netos, assumindo um comprometimento com o futuro sem sequer ter presente.

2 | A EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA

2.1 Os precursores

Se a aceleração da intervenção tecnológica das sociedades sobre o ambiente esteve na origem da agudização das disfunções ambientais, a relação entre ciência, tecnologia e ambiente não é linear; é também no campo científico que surgem, se ampliam ou são legitimadas as preocupações sociais sobre os seus próprios limites na manipulação da natureza. Desde a contribuição das ciências “clássicas” relacionadas com o ambiente, como as diversas áreas das ciências naturais e da geografia física e humana; passando pela incorporação de problemáticas ambientais nas disciplinas mais diretamente tecnológicas, como as engenharias civil e mecânica, e pela criação de novas disciplinas tecnológicas ambientais, como a engenharia do ambiente e a ecologia industrial; pela introdução da problemática ambiental no núcleo de ciências sociais como a economia, a antropologia e a sociologia; e pela criação de áreas e equipas de estudo interdisciplinares em torno de problemas ambientais; muitas foram as transformações cognitivas, tecnológicas e institucionais que, com êxitos variáveis e dificilmente avaliáveis no curto prazo, essa nova reflexividade sobre a crise ambiental tem inscrito no núcleo duro da racionalidade técnico-científica ocidental e dos seus programas de desenvolvimento. Como disciplina que se

autonomizou a partir da interrogação sobre as origens a as consequências da modernidade, a sociologia cedo incorporou essas preocupações nas suas problemáticas.

A emergência explícita do ambiente na sociologia, embora não se possa falar ainda de uma sociologia do ambiente, acontece no seio da Escola de Chicago, com Park, (1916; 1936); Park e Burgess, (1921); e Mackenzie, (1968) que, recorrendo, de certo modo à tradição da ecologia vegetal e animal, inicia um novo ramo da sociologia, chamada de ecologia humana ou ecologia urbana.

Ao observar sociologicamente a vida de uma de uma cidade, verifica-se que uma parte significativa dos problemas se devem à influência que é exercida pelo espaço urbano, organização do território, transportes e comunicações, estrutura demográfica, entre outros. Assim, com base em Mackenzie, (1968), os sociólogos da Escola de Chicago concentraram-se sobre o estudo das relações espaço-temporais dos seres humanos, enquanto dependentes de fatores de seleção, de distribuição, e de adaptação em relação ao meio ambiente.

Willhelm (1964) refere que, do ponto de vista teórico, a Escola de Chicago insiste sobre um aspeto original ao realçar através de estudos empíricos, como as relações sociais (tal como todos os fenómenos de vida) se constroem sobre uma base material, sobre uma infra-estrutura espacial a que chamam “biótica”.

Estamos, assim, perante uma nova forma de conceber a teoria sociológica, baseada no estudo da influência do meio ambiente sobre a vida social. Por sua vez, Vaillancourt (1996), observa que as opiniões divergem, havendo autores, que criticam a unilateralidade da Escola de Chicago, e outros que procuram completá-la, afirmando que a relação recíproca, a influência do meio social sobre o meio ambiente, é igualmente previsível e observável.

Contudo, ainda segundo Vaillancourt (1996: 57), a Escola de Chicago abre novas perspetivas e novas análises teóricas e empíricas, e, apesar das limitações, – falta de perspetiva histórica, pobreza de hipóteses explicativas fundamentais, pouca consideração da interação múltipla entre as componentes básicas da relação entre meio ambiente e sociedade (componentes bio-geo-químicos, tecnológicos, económicos, administrativos, sanitários, éticos, jurídicos, culturais e educacionais) – a Escola de Chicago pode ser considerada pioneira de uma sociologia do ambiente.

2.2 Um novo paradigma

Em 1972, a Conferência de Estocolmo coloca pela primeira vez, de forma clara, a problemática ambiental no seio da opinião pública; em 1976, a American Sociological Association cria uma secção de sociologia do ambiente. Esta era ainda praticamente desconhecida quando dois importantes artigos (Catton e Dunlap, 1978 e Dunlap e Catton, 1979) propõem uma reorientação da disciplina “rumo a uma perspetiva mais holista capaz de conceptualizar os problemas sociais no contexto da biosfera” (BUTTELL, 1987, p. 466).

Renovando, ampliando e aprofundando a tradição da Escola de Chicago, pretende-se agora reorientar a investigação sociológica a partir do estudo da influência recíproca dos fatores físico-biológicos e sócio-culturais. Dunlap e Catton (1979) precisam esta posição, afirmando que “a nova ecologia humana deve constituir o coração da sociologia do meio ambiente e conduzir a uma renovação radical da disciplina”.

A ideia central deste propósito pode resumir-se do seguinte modo, com base em Buttel, (1978). Em oposição à tese de Durkheim, geralmente aceite, os factos sociais devem explicar-se através de factos sociais, o grave problema da degradação do meio ambiente exige que a sociologia abandone o seu antropocentrismo exacerbado, reconheça a interação entre forças sociais e naturais e que abandone de uma vez por todas a “ilusão” de que a espécie humana está isenta das leis que regem as outras espécies biológicas, vegetais e animais.

Catton e Dunlap (1978; 1980) e Dunlap e Catton, (1979)) desenvolvem esta ideia central mostrando a necessidade de que o “velho” paradigma HEP-Human Exemptionalism Paradigm, - O conceito inicial do HEP - Human Excepcionalism Paradigm, enunciado no artigo de 1978, foi depois alterado para Human Exemptionalism Paradigm, no artigo de 1979 - comum a diferentes visões teóricas, (interacionismo simbólico, funcionalismo, etnometodologia, marxismo) assente no pressuposto de que o homem é o centro de todo o sistema, traduzindo uma visão antropocêntrica do mundo, deve dar lugar a um novo paradigma, NEP - New Environmental Paradigm capaz de considerar efetivamente a influência recíproca entre leis ecológicas e regulações políticas, económicas e sociais. Esta tese é desenvolvida em torno de quatro premissas apresentadas, abaixo, no quadro 1.1.

HEP - Human Exemptionalism Paradigm	NEP - New Environmental Paradigm
1. Os humanos diferem das outras espécies, porque têm uma herança cultural, acumulada, para além da herança genética	1. Embora possuindo características excecionais, a espécie humana é apenas uma entre as outras espécies do planeta, todas interdependentes do ecossistema global.
2. Os fatores sociais e culturais, incluindo a tecnologia, são os grandes determinantes das ações humanas.	2. As ações humanas não são apenas influenciadas por fatores sociais e culturais, mas também por complexas relações de causa-efeito e retroação da natureza. Podem, por isso, ter consequências imprevistas.
3. O ambiente social e cultural é o contexto crucial para as ações humanas, sendo o ambiente biofísico pouco relevante.	3. Os humanos vivem e dependem de um ambiente biofísico finito, que lhes impõe poderosos constrangimentos físicos e biológicos.
4. A cultura é cumulativa; portanto o progresso técnico e social pode continuar indefinidamente, tornando resolúveis todos os problemas sociais.	4. Embora a criatividade humana e os seus poderes possam dar a ilusão de não haver limites para a capacidade de carga do planeta, as leis ecológicas não podem ser ultrapassadas.

QUADRO 1.1 - **Premissas do HEP e do NEP. Catton e Dunlap, (1980)**

Assim, o NEP postula que o mundo é finito e impõe limites físicos e biológicos ao crescimento económico, ao progresso social e a outros fenómenos da sociedade, contrariando, assim, a ideia de que o progresso científico e tecnológico libertaria infinitamente o homem da sua relação com a natureza.

No entanto, paradoxalmente, o NEP apresenta, ele próprio, características anti-reflexivas, pois parece ignorar que as sociedades têm, ou começam a ter consciência do risco, organizando-se no sentido de criar novas formas de regulação económica e política para lidar com ele. Propõe um regresso ao determinismo ao mesmo tempo que na sociedade se desenvolve a reflexividade e emerge um reconhecimento do risco que é incorporado nos valores da sociedade pós-moderna (ou da modernidade tardia). Logo, o NEP de início não incorpora teoricamente uma dimensão fundamental do problema ambiental, que é precisamente o da reflexividade social em torno dos problemas que levanta, e de que a criação de uma sociologia do ambiente é, ela própria, expressão.

Em trabalhos ulteriores, Catton e Dunlap incorporam uma componente de maior reflexividade sobre a questão ambiental, quando abordam a questão do reconhecimento social crescente da realidade da mudança ambiental global, a qual representa um desafio fundamental para o HEP, e oferece uma oportunidade para fortalecer o interesse social e sociológico sobre o ambiente (Dunlap e Catton, 1983). Para Dunlap, a sociologia do ambiente passa então a recolher três temas base, que só ela explora convenientemente: “as causas principais dos problemas ambientais, as soluções potenciais para os problemas, e a análise dos impactes sociais dos problemas ambientais e suas possíveis soluções” (DUNLAP, 1993. p. 718). Fica assim aberta a via para uma sociologia do ambiente que incorpora na sua problemática as determinações e as consequências biológicas e ambientais das práticas sociais, sem ao mesmo tempo prescindir do estudo das representações, da reflexividade e da problematização social sobre o ambiente como fatores sociologicamente relevantes dessa mesma relação.

2.3 Ambiente, modernidade e sociedade de risco

A dimensão e globalidade dos problemas ambientais ganham particular ênfase no discurso sociológico através dos debates sobre a modernidade, destacando-se as reflexões de Beck (1986, 1994 e 1998) e Giddens (1990). Beck, ao colocá-las no centro da sua teoria sobre a sociedade de risco, que designou de modernização reflexiva, que significa “a possibilidade de uma (auto)destruição criativa de toda uma época: a da sociedade industrial. O sujeito desta destruição criativa não é a revolução, nem a crise, mas a vitória da modernização ocidental” (Beck, 1994:2). Giddens, ao integrar as questões ambientais nas consequências do desenvolvimento da sociedade capitalista/industrial, embora não as colocando como problema central, mas como um entre outros.

Nas abordagens desenvolvidas por Beck e Giddens, encontra-se, assim, um reconhecimento explícito das limitações do conhecimento humano, defendendo-se que as

explicações científicas “objetivas” dos processos naturais já não oferecem uma explicação suficiente do impacto humano sobre o mundo natural. A modernidade traz consigo o conhecimento tecnológico, capaz de resolver um conjunto de problemas, mas introduz a sociedade de risco, ela própria indutora de outros.

A teoria da sociedade de risco desenvolvida por Beck parte da premissa que os países do ocidente passaram de uma sociedade *industrial* ou de *classes*, em que a questão central é a forma como a riqueza socialmente produzida pode ser distribuída de forma equitativa, enquanto simultaneamente reduz os efeitos do lado negativo (pobreza, fome), a um paradigma de uma *sociedade de risco* em que os riscos e os perigos produzidos por parte da modernização, entre os quais o da poluição e da degradação ambiental, devem ser evitados e minimizados. “A sociologia não perguntou o que significa a ameaça da autodestruição para a sociedade, contudo, a resposta seria unânime de que essa ameaça é aquilo que caracteriza e distingue a última metade do século XX” (BECK, 1998, p. 75).

Beck, como refere Goldblatt, localiza as origens e as consequências da degradação do ambiente precisamente no centro de uma teoria da sociedade moderna, em vez de considerá-la um elemento periférico ou uma reflexão teórica posterior.

“A sociologia de Beck e as sociedades que ela descreve são dominadas pela existência de ameaças ecológicas e pela forma como as entendemos e lhe reagimos. Na realidade podemos ser levados ao ponto de afirmar que a sociedade de risco é firmada e definida pela emergência destes perigos ecológicos, caracteristicamente novos e problemáticos” (GOLDBLATT, 1996, p. 228).

Segundo Beck, (1986) os novos riscos, trazidos pela modernização são qualitativamente diferentes dos obstáculos e dos perigos que surgiram em períodos anteriores da história:

- os riscos atuais resultam diretamente da industrialização;
- apresentam-se sob a forma de toxinas ou de radioatividade, e, por isso já não são perceptíveis ao nível dos sentidos;
- não resultam de falta de tecnologia ou riqueza mas de sobreprodução, multiplicando-se à medida que a industrialização se intensifica à escala global;
- a experiência contemporânea do risco é científica e politicamente reflexiva. Isto é, a sociedade é intencionalmente reestruturada numa tentativa para reduzir o risco, mas não consegue lidar com a força ameaçadora da modernização e da globalização da dúvida que lhe é inerente;
- os riscos não se restringem ao seu local de origem, mas, pela sua natureza, põem em perigo todas as formas de vida do planeta;
- a globalização da indústrias de alto risco tornou impossível o cálculo científico do perigo e das suas consequências.

“Modernização refere-se aos impulsos tecnológicos, racionalização e transformação do trabalho e organização, mas, inclui muitas coisas mais: a mudança e o carácter social das biografias normais, dos estilos de vida e das formas de amar, das estruturas de influência e de poder, das formas políticas de opressão e participação, das concepções da realidade e das normas cognitivas. Para a compreensão sociológica da modernização, o arado, a máquina a vapor e o microchip são indicadores visíveis de um processo muito mais profundo e que abarca e transforma toda a estrutura social. Em última análise no qual se transformam as fontes da certeza de que se nutre a vida” (BECK, 1986, p. 50).

A questão da reflexividade ou da retroação nas sociedades modernas é também enfatizada por Lagadec (1991). Se por um lado a modernidade radica nas sociedades industrializadas, por outro, não há dúvida que estas trouxeram novos problemas, aos quais ela própria tem dificuldade em responder, nomeadamente a questão dos riscos ambientais de grandes proporções e com carácter alargado. Lagadec problematiza o que chamou “civilização do risco”, encetando a discussão a partir da análise pormenorizada de um conjunto de desastres que colocam as sociedades industrializadas no cerne da questão, colocando-a em torno das noções de catástrofe tecnológica e de responsabilidade social e política. Desse conjunto de ocorrências, destacam-se: a explosão de Flixborough, 1974; o acidente químico de Seveso, 1976; o afundamento do navio Amoco-Cadiz, 1978; o acidente nuclear de Three Mile Island, 1979; o acidente de transporte de químicos de Toronto, 1979, o acidente nuclear de Chernobyl, 1986.

A globalização do risco referida por Beck é o ponto central da teoria da modernidade em Giddens, que apresenta a questão do risco como tendo um carácter global. Ao ser apresentado como tendo um âmbito generalizado, o risco assume-se como uma questão central da maior importância na reflexão apresentada por Giddens (1990), onde especifica o “perfil do risco” das sociedades contemporâneas.

Na sua ótica, o risco sofreu importantes transformações em três dimensões: âmbito, tipo e experiência. O seu âmbito atingiu proporções globais, estendendo-se a toda a humanidade, e intensificou-se ao ponto de provocar eventuais catástrofes. Por sua vez o tipo de risco emergente ameaça destruir uma natureza plenamente socializada, estendendo-se aos pontos mais remotos do planeta, colocando assim toda a humanidade perante um destino comum.

“A possibilidade de guerra nuclear, de calamidade ecológica, de explosão populacional incontrolável, de colapso da troca económica global e de outras potenciais catástrofes globais oferece um horizonte de riscos assustador para todos. Como Beck comentou, os riscos globais deste tipo não respeitam as divisões entre ricos e pobres, ou entre regiões do mundo. O facto de Chernobyl estar em toda a parte implica o que ele designa por o fim dos outros - as fronteiras entre os que são privilegiados e os que não são” (GIDDENS, 1990, p. 97)

Por fim, a consciência e a percepção do risco estende-se para além dos peritos, permeabilizando o espaço público e o discurso político e questionando a confiança que anteriormente se tinha na ciência como fonte de soluções eficazes e seguras (GIDDENS,1990).

A presente situação que hoje o mundo enfrenta, com a grave crise resultante das alterações climáticas, ilustra bem o pensamento e as reflexões dos autores que acabámos de referir, reforçando estas temáticas, como centrais na sociologia.

3 | CONCLUSÃO

O conflito que a espécie humana estabeleceu com a natureza tem, uma origem muito longínqua, na pré-história, responsabilizando, assim, todas as civilizações pela atual crise ambiental, sendo que a aceleração dessa rutura se inicia com o advento do capitalismo moderno a partir do século XVI e, sobretudo, a partir do século XVIII, com a revolução industrial. No entanto, se a Revolução Industrial assinala o ponto de rutura em que o problema ambiental se agudiza, consubstanciado no avanço tecnológico, a emergência duma *consciência ecológica* tem uma origem muito mais tardia, apenas por volta dos anos sessenta do século XX, consubstanciada num conjunto de preocupações decorrentes da percepção de um duplo perigo. Por um lado, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, e, por outro, uma crescente e visível degradação do meio natural, provocado pela civilização industrial, relacionando diretamente a problemática ambiental com o atual modelo de desenvolvimento.

O conjunto de preocupações, que marca a emergência de uma *consciência ecológica*, surge, nos anos sessenta do século XX e se acentua nos nossos dias é acompanhado desde o início da década de 1990, pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

Se a aceleração da intervenção tecnológica das sociedades sobre o ambiente esteve na origem da agudização das disfunções ambientais, e faz emergir uma consciência ecológica, no campo científico, a relação entre ciência, tecnologia e ambiente, faz surgir, ampliar, ou legitimar preocupações sociais sobre os seus próprios limites na manipulação da natureza, fazendo emergir estas questões na reflexão sociológica. Como disciplina que se autonomizou a partir da interrogação sobre as origens e as consequências da modernidade, a sociologia cedo incorporou essas preocupações nas suas problemáticas.

Assim, a sociologia do ambiente surge na confluência de várias perspetivas, destacando-se os contributos precusores da Escola de Chicago e duas reflexões contemporâneas: a primeira, com R. Dunlap e W. Catton, como a principal defensora da autonomia da disciplina; a segunda, mais recente, surge na linha das reflexões críticas sobre a modernidade, onde se destacaram autores como A. Giddens e U. Beck.

REFERÊNCIAS

BECK, U. **Risk Society - Towards a New Modernity**. London: SAGE Publications, 1986.

BECK, U. The Reinvention of Politics: Towards a Theory of Reflexive Modernization. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Reflexive Modernization - Politics, Tradition and Aesthetics in de Modern Social Order**. Cambridge: Polity Press, 1994.

BECK, U. Politics of Risk Society. In: FRANKLIN, J. **The Politics of Risk Society**. Cambridge: Polity Press, 1998.

BERNARDI, B. **Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BUTTEL, F. H. Environmental Sociology: a new paradigm. *American Sociologist*, Vol.13, pp.252-256, 1978

BUTTEL, F. H. New Directions in Environmental Sociology. *Annual Review of Sociology*, nº13, pp.465-488, 1987.

CARSON, R. **Silent Spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CARVALHO, N. **O Ambiente como Problema Social em Portugal**. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente, 2007.

CATTON, W. R.; DUNLAP, R. E. Environmental Sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, Vol.13, p.41-49, 1978.

CATTON, W. R.; DUNLAP, R. E. A New Ecological Paradigm for Post-Exuberant Sociology. *American Behavioural Scientist*, Nova Iorque, Vol.24, nº1, pp. 15-47, 1980.

CMAD – COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO. **O Nosso Futuro Comum**. Lisboa: Meribérica Liber, [1987] 1991.

DELÉAGE, J-P. **Histoire de L'écologie. une science de l'homme et de la nature**. Paris: Éditions La Découvertes, 1991.

DUNLAP, R. E. ; CATTON, W. R. Environmental Sociology. *Annual Review of Sociology*, nº5, p. 243-273, 1979.

DUNLAP, R. E. (1993), From environmental to ecological problems. In: Craig, C. George, R. **Social Problems**. Nova Iorque: McGraw-Hill, p. 707-737, 1993.

DUNLAP, R. E.; CATTON, W. R. What Environmental Sociologists Have in Common (Whether Concerned with "Built" or "Natural" Environments). *Sociological Inquiry*, Vol.53, nº2/3, p. 113-135, 1983.

EISENSTADT, S. N. **A Dinâmica das Civilizações - Tradição e Modernidade**. Lisboa: Cosmos, 1991.

FAUCHEUX, S.; NOEL, J-F. **Économie des Ressources Naturelles et de l'Environnement**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1995.

GIDDENS A. **As Consequências da Modernidade**. Oeiras: Celta, 1990.

GOLDBLATT, D. **Social Theory and the Environment**. Cambridge: Polity Press, 1996.

HARARY, Y. **Sapiens: História Breve da Humanidade**. Amadora: Elsinore, 2018.

LAGADEC, P. **La civilisation du Risque**. Paris: Éditions Seuil, 1991.

LEOPOLD, A. **A Sand County Almanac - With Essays on Conservation from Round River**. Oxford: Ballantine Books, [1949] 1970.

LIPOVETSKY, G. **O Crepúsculo do Dever - A ética indolor dos novos tempos democráticos**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1984.

McKENZIE, R. (1968), **On Human Ecology**. Chicago: University Press, 1968.

OST, F. **La Nature Hors la Loi**. Paris: Éditions la Decouverte, 1995.

SCHMIDT, L. **Ambiente e Natureza no Ecran: Emissões Televisivas, Remissões Culturais**. Lisboa: ISCTE, 1999.

VAILLANCOURT, J-G. Sociologie de l'environnement. In : TESSIER, R, ; e VAILLANCOURT, J-G. **La recherche sociale en environnement: nouveaux paradigms**. Montréal : Presses de L'Université de Montréal, p.p. 19-47, 1996.

WILLHELM, S. M. The Concept of the Ecological Complex: A Critique. The American Journal of Economics and Sociology, n. 23, p. 241-248, 1964.

YEARLEY, S. **A Causa Verde; uma sociologia das questões ecológicas**. Oeiras: Celta Editora, 1992.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono Emocional 47
Achille Mbembe 6, 52, 53, 62, 64
Antropologia 33, 34, 89, 109, 182, 186, 187, 223, 230

B

Base Nacional Curricular Comum 185

C

Ciência sem Fronteiras 7, 110, 111, 114, 121, 122
Classes Sociais 7, 29, 122, 166
Comunidades Rurais 98, 99, 104
Consciência Ecológica 83, 86, 89, 95
Costureiros 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178
Crimes contra a honra 207, 213, 214
Crise da modernidade ocidental 6, 1, 2, 10
Currículo básico 5, 7, 180, 181, 190

D

Deleuze 52, 64, 129, 138
Democracia racial 5, 6, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 37
Desigualdade Social 15, 113, 223
Direitos da infância 209, 219
Ditadura Civil-Militar 177, 223, 224

E

Ecologia de saberes 1, 2, 3, 7, 12, 16
Escola de Chicago 83, 90, 91, 95
Espiritualidade 125, 126, 127, 129, 132, 135, 137, 138, 139
Estado Democrático de Direito 207, 208, 214, 218
Ética do cuidado 5, 6, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80
Ética profissional 69, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 150

F

Favela de Acari 220, 222

G

Gilberto Freyre 19, 21, 23, 34, 36, 197, 205

H

Human Exemptionalism Paradigm 91

I

Interseccionalidade 110, 112, 119, 121, 122

M

Mães de Acari 8, 220, 221, 222, 226, 228, 229, 230, 231

Memória Coletiva 98, 100, 106, 108, 109

Mercado de trabalho 7, 152, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 224

Michel Foucault 6, 52, 53, 58

Mobilidade Espacial 98, 106, 107, 108

Modelo Patriarcal 212, 215

Movimento Negro 111, 112

N

New Environmental Paradigm 83, 91

Nova Era 125, 126, 128, 129, 130, 132, 135, 137, 138

P

Pós-modernidade 6, 1, 2, 6, 7, 11, 15

Projetos Intervencionista 98

Q

Quilombo 19, 23, 35, 36

R

Regime de Poder 6, 52, 53, 57, 63

Relativização 25, 136, 140, 141, 144

S

Sigilo Profissional 7, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Sul Global 1, 2, 3, 5, 6, 7, 16

T

Teoria Moral 69, 70, 71, 79, 81

Teoria Política 56, 193

V

Violência contra a mulher 207, 208, 219

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br